



## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 – CCP/FMS/SEMSA/PMVJ

### 1. Preâmbulo:

- 1.1 O fundo municipal de saúde inscrito no CNPJ de nº 12.456.167/0001-40, localizada na Rua Pedro Ladislau, bairro Prainha, nº 3511, município de Vitória do Jari, CEP 68924-000 estado do Amapá, neste ato representado pelo Sr. Paulo Sergio Pinheiro Dias, nomeado pelo decreto de nº 008/2025-GAB/PMVJ no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados, que a partir das **09h00min do dia 17 de março de 2026**, através do portal <https://www.licitanet.com.br> ocorrendo à sessão pública do edital de **Pregão Eletrônico nº 002/2026-CCP/FMS/SEMSA/PMVJ**, objetivando o registro de preços, processando-se aplicação subsidiária da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais exigências estabelecidas no termo de referencia deste edital de licitação.

### 2. Informações do processo para contratação:

- 2.1 **Processo Administrativo:** 4998/2025 – FMS/SEMSA/PMVJ  
2.2 **Modalidade:** Pregão eletrônico  
2.3 **Regime de contratação:** Sistema de registro de preços  
2.4 **Critérios de julgamento:** Menor preço por item  
2.5 **Objeto:** Registro de preços para aquisição de **água mineral** de forma parcelada para atender as demandas da atenção básica em saúde, vigilância em saúde, conselho municipal de saúde, secretaria municipal de saúde e seu anexo da secretaria municipal de saúde do município de vitória do Jari/ap.  
2.6 **Descrição dos itens, quantitativos e valor estimado para contratação, com base no termo de referência - anexo II deste edital de licitação:**

#### 2.6.1 **Descrição dos itens e Quatitativos estimado:**

Item	Descrição / Especificação	Unidade	Quantidade Estimada
01	Água Mineral (garrafa de 330 ml) – pacote com 24 unidades	PCT	5.000
02	Água Mineral (garrafão 20 litros)	UND	4.000
03	Água Mineral (garrafa de 1,5 litros) – pacote com 6 unidades	PCT	500

2.6.2 **Valor Total Estimado da Contratação:** 257.250,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e duzentos e cinquenta reais)

### 3. Responsáveis pela Elaboração e Condução do Certame:

#### 3.1 **Elaboração do Edital:**

- 3.1.1 O presente **Edital e seus Anexos** foram elaborados pelo Departamento de Planejamento e Orçamento, com apoio do Termo de Referência – Departamentos de compras, elaborado a partir do Estudo Técnico Preliminar realizado pela comissão de planejamento.

#### 3.2 **Condução do Certame:**

- 3.2.1 A condução do Pregão Eletrônico será realizada por servidor designado como **pregoeiro**, conforme portaria expedida pela autoridade competente, sendo auxiliado por uma **Equipe de Apoio** composta por servidores da Administração Municipal.

#### 3.3 **Competências:**



- 3.3.1 **O Pregoeiro:** serão responsáveis pela condução dos trabalhos, recebimento das propostas, análise de documentação, lances, habilitação e adjudicação do objeto.
- 3.3.2 **A Equipe de Apoio:** atuará em auxílio ao Pregoeiro, garantindo a lisura, transparência e regularidade do processo licitatório.

#### 4. Fundamentação em lei:

4.1 O presente processo licitatório encontra-se fundamentado nas seguintes normas:

##### 4.2 **Constituição Federal de 1988:**

- 4.2.1 Art. 37, caput e inciso XXI – estabelece os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como a obrigatoriedade de licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações pela Administração Pública.

##### 4.3 **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:**

- 4.3.1 Art. 28, inciso II – prevê a modalidade Pregão, preferencialmente eletrônico, para aquisição de bens e serviços comuns.
- 4.3.2 Art. 6º, inciso LV – definem bens e serviços comuns como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital.
- 4.3.3 Art. 11 – estabelece que a licitação deva assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 4.3.4 Art. 12 – reforça os princípios da isonomia, competitividade e julgamento objetivo.
- 4.3.5 Art. 17 – determina que o edital deva conter todas as condições de participação, julgamento e execução contratual.

##### 4.4 **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002:**

- 4.4.1 Institui a modalidade Pregão, aplicável à aquisição de bens e serviços comuns, e disciplina a atuação do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

##### 4.5 **Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019:**

- 4.5.1 Regulamenta o Pregão Eletrônico no âmbito da Administração Pública, estabelecendo regras para credenciamento, envio de propostas, lances e habilitação.
- 4.5.2 Aplica-se subsidiariamente ao município, até que haja regulamentação própria.

##### 4.6 **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:**

- 4.6.1 Dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) nas contratações públicas

#### 5. Plataforma para cadastramento:

5.1 **Site:** <https://www.licitanet.com.br/>

5.2 **Email:** [fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br)

5.3 **Contato:** +55 34 3014-6633 - +55 34 2512-6500

5.4 **Horário de Atendimento:** Segunda a Quinta-feira: Das 8h às 18h Sexta-feira: Das 8h às 17h

#### 6. Consultas e encaminhamentos:

- 6.1 Anexo da Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Planejamento do Fundo de Saúde, CNPJ de nº 12.456.167/0001-40.
- 6.2 E-mail: [planejamento.semsapmvj@gmail.com](mailto:planejamento.semsapmvj@gmail.com) – [cplsemsa@outlook.com](mailto:cplsemsa@outlook.com)
- 6.3 Endereço: Rua Pedro ladslal, nº 3511, bairro Prainha no Município de Vitória do Jari, CEP – 68924-000, Vitória do Jari/AP.



#### 6.4 Site da prefeitura municipal:

6.4.1 O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no Portal de Transparência do Município:

a) <https://vitoriadojari.ap.gov.br> e site <https://www.licitanet.com.br/>

#### 7. Cadastramento, abertura e início de sessão:

7.1 Data e hora de início de cadastramento das propostas:

06/03/2026	09:00h
------------	--------

7.2 Data e hora limite para impugnação:

12/03/2026	23h:59min
------------	-----------

7.3 Data e hora final para cadastramento das propostas:

17/03/2026	08:00h
------------	--------

7.4 Data de abertura das propostas – sessão pública:

17/03/2026	09:00h
------------	--------

#### 8. Impugnação ao edital:

8.1 As impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, dirigidas ao Pregoeiro, no campo próprio do sistema <https://licitanet.com.br/>;

8.2 Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis limitado ao último dia útil anterior a data da abertura do certame;

8.3 Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame;

8.4 Decairá o direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontarem falhas ou irregularidades ou não o fizer no prazo estipulado.

#### 9. Pedido de esclarecimento:

9.1 Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no campo próprio do sistema <https://licitanet.com.br/>

9.2 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre o esclarecimento no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento do pedido;

9.3 Até a data definida para a sessão inaugural, caso o licitante não obtiver resposta do esclarecimento protocolado, o pregoeiro suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame;

9.4 As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, às licitantes que tenham adquirido o Edital;

#### 10. Participação e Credenciamento:

10.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico todas as empresas legalmente constituídas, que atuem no ramo pertinente ao objeto da licitação, e que atendam integralmente às condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

10.2 As empresas interessadas deverão estar regularmente cadastradas e habilitadas junto à plataforma <https://licitanet.com.br> onde será realizado o certame, observando os prazos e procedimentos de credenciamento exigidos pelo sistema.



10.3 Será admitida a participação de **microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e cooperativas**, nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006**, assegurando-se o tratamento diferenciado e favorecido previsto em lei.

10.4 **Credenciamento:**

10.4.1 O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral na plataforma do LICITANET que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória PREGÃO ELETRÔNICO, em sua FORMA ELETRÔNICA. O cadastro deverá ser feito através do sítio <https://licitanet.com.br/>.

10.4.2 As despesas do credenciamento e adesão no sítio <https://licitanet.com.br/> serão de total e irrestrita responsabilidade do credenciado.

10.4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

10.4.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

10.4.5 É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma do LICITANET e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.4.6 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **anexo (termo de referência)**;

10.5 **É vedada a participação de empresas:**

10.5.1 Declaradas inidôneas ou suspensas de contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera de governo.

10.5.2 Que estejam em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.

10.5.3 Que não atendam às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira previstas neste edital.

10.5.4 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

10.5.5 Agente público do órgão ou entidade licitante;

11. **Apresentação da Proposta, Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances:**

11.1 As propostas e documentos de habilitação deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através da plataforma **Licitanet** - <https://licitanet.com.br> observando os prazos e condições estabelecidos neste edital.

11.2 **Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

11.2.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;



- 11.2.2 Ao cadastrar a proposta no portal de licitações entende-se que o licitante esta ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que a proposta apresentada compreende todos os custos como: despesas de mão de obra, materiais, equipamentos, taxas, fretes, descontos.
- 11.2.3 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública, bem como as declarações que declarará no campo próprio do sistema;
- 11.2.4 O licitante é responsável em acompanhar a operação durante a sessão, da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 11.2.5 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;
- 11.2.6 O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital ocorrerá por meio de chave de acesso e senha. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 11.2.7 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.2.8 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 11.2.9 Ao cadastrar a proposta o licitante fará declaração em campo próprio do sistema, a falsidade de declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;
- 11.2.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese que a fase de habilitação anteceder as fases da apresentação das propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 11.2.11 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;
- 11.2.12 **Serão desclassificadas as propostas que:**
- a) Apresentar valores simbólicos, irrisório ou de valor zero;
  - b) Não atenderem aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
  - c) Contenha condições que contrariem as exigências do presente pregão ou que oponha a qualquer dispositivo legal vigente;
  - d) Apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

**11.3 Preenchimento obrigatório da proposta:**

- 11.3.1 O licitante enviará a proposta em papel timbrado da empresa com as informações da mesma conforme o anexo III mediante o preenchimento no sistema eletrônico.
- 11.3.2 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto na contratação.
- 11.3.3 O licitante não pode alegar erro ou omissão para alterar preços depois.
- 11.3.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 11.3.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.





- 11.3.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 11.3.7 Apresentação das propostas implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.

#### 11.4 Obrigatoriedade da Garantia de Proposta:

- 11.4.1 A Garantia de Proposta é condição indispensável para participação no certame.
- 11.4.2 Caso a empresa não apresente este documento no sistema, será **automaticamente desclassificada** pelo sistema eletrônico, sem possibilidade de recurso quanto à ausência do documento.
- 11.4.3 A garantia poderá ser apresentada nas formas previstas na **Lei nº 14.133/2021**, tais como: caução em dinheiro, seguro-garantia ou uma apólice.

#### 11.5 Abertura da sessão:

- 11.5.1 Na data e horário indicado, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhada no termo de referência;
- 11.5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até abertura da sessão pública;
- 11.5.3 O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 11.5.4 Constatada a exigência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ.
- 11.5.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 11.5.6 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

#### 11.6 Formulação de lances:

- 11.6.1 Será realizado via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br> conforme Edital.
- 11.6.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 11.6.3 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 11.6.4 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,02**.
- 11.6.5 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 11.6.6 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado, nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 11.6.7 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá



sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 11.6.8 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme ordem final de classificação.
- 11.6.9 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 11.6.10 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 11.6.11 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no anexo termo de referência.
- 11.6.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 11.6.13 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;
- 11.6.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônica, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;
- 11.6.15 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 11.6.16 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;
- 11.6.17 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;
- 11.6.18 Encerrada a etapa de lances o sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 11.6.19 Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;
- 11.6.20 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 11.6.21 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 11.6.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 11.6.23 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 11.6.24 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 1.1 Disputa final, hipótese em os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



- 1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 1.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
  - 1.5.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - 1.5.2 Empresas brasileiras;
  - 1.5.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 1.5.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## **12. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS LANCES:**

- 12.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao valor definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 12.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 12.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 12.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 12.5 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que no prazo mínimo de 02 (duas) horas, envie proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada se for o caso dos documentos complementares, quanto necessários a confirmação daqueles exigidos nesse edital e já apresentados.
- 12.6 É facultado ao pregoeiro prorrogar ao prazo estabelecido, a partir da solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes do findo prazo.
- 12.7 Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento das propostas.
- 12.8 A entidade licitante não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

## **13. DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA:**

- 13.1 Cumpridas as etapas anteriores, o pregoeiro verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.
- 13.2 O pregoeiro poderá submeter à documentação relativa à proposta, apresentada pelos participantes a equipe técnica da Unidade solicitante do objeto, para que os mesmos analisem e emitam parecer técnico dos produtos ofertados, caso achar necessário.





- 13.3 Se a proposta de preços não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;
- 13.4 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;
- 13.5 Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pelo pregoeiro, por meio do CHAT MENSAGEM;
- 13.6 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 13.7 Dentre outros documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, ou outro que o pregoeiro achar necessário, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio nos prazos indicados pelo Pregoeiro, o não atendimento pode resultar a não aceitação da proposta.
- 13.8 Das **correções admissíveis**, nos casos em que o pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á às correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:
- 13.8.1 Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;
- 13.8.2 Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o pregoeiro procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.
- 13.9 Os documentos para efeito de julgamento de proposta e habilitação serão encaminhados no sistema de licitação (licitanet) <https://www.licitanet.com.br> conforme as condições deste edital, sem a necessidade do envio pelos correios.
- 13.10 Detalhamento da Proposta de Preços deverá ser apresentado com todos os dados da empresa e do representante legal, conforme modelo do anexo I deste edital. Redigida com clareza, sem emendas, rasuras, borrões não ressaltados, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa.
- 13.11 **Será desclassificada a proposta vencedora que:**
- 13.11.1 Contiver vícios insanáveis;
- 13.11.2 Não obedecer às especificações técnicas contida no Termo de Referência anexo I deste edital;
- 13.11.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 13.11.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- 13.11.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital e seus anexos, desde que insanável.
- 13.11.6 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 13.11.7 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- b) E inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 13.11.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos



complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

- 13.11.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 13.11.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.
- 13.11.11 A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 13.11.12 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 13.11.13 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 13.11.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

#### **14. JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:**

- 14.1 Encerrada a etapa de julgamento da proposta, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende as condições de participação no certame conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e especialmente quando à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação mediante consultas nos cadastros de empresas suspensas e inidôneas.
- 14.2 Constatada a exigência de sanção, o licitante será inabilitado por falta de condição de participação.
- 14.3 O pregoeiro solicitará o envio dos documentos de habilitação por meio do sistema de licitação, em formato digital, no **prazo mínimo de 02 (duas)** horas, contado a solicitação do pregoeiro, podendo ser prorrogado por igual período.
- 14.4 A documentação de habilitação enviada terá efeito para todos os itens, os quais a empresa encontra-se participando, e foi devidamente convocada na qual implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame. Sendo que a autenticidade dos documentos enviados poderá ser verificada. Para fins de agilidade na conferência, e preferido o envio nas ordens do edital.
- 14.5 Na ausência de apresentação das declarações exigidas nos documentos de habilitação e as mesmas forem preenchida pelo licitante nos sistema de licitação no momento do cadastramento da proposta, o Pregoeiro considerará legal para fins de habilitação da licitante.
- 14.6 Na ausência de apresentação das certidões que comprovem as condições de regularidade fiscal, trabalhista e falência ou se a mesma encontrar com a data de validade vencida, desde que seja possível a consulta, o pregoeiro ou a sua equipe de apoio poderá verificar em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constituem meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 14.7 Na ausência de apresentação de documentos exigido do licitante o pregoeiro poderá utilizar os documentos disponibilizados pelo fornecedor nos dados do participante no LICITANET, no sicaf ou pelo certificado cadastral, expedido pelo setor de licitações deste município, considerando legal para sua habilitação.
- 14.8 O pregoeiro poderá convocar o licitante para complementação de informações a cerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, se houver necessidades de apurar fatos existentes à época da abertura da abertura do certame.
- 14.9 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações;



- 14.10 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 14.11 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP e que não incorram nas hipóteses de desenquadramento, a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.
- 14.12 O prazo **de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 14.13 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem a cima implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à comissão contratação permanente a convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura/retirada do Instrumento Contratual, ou revogar a licitação;
- 14.14 **Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:**
- a) Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
  - b) Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz.
  - c) Também em sede de diligência, havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.
- 14.15 A Administração se reserva o direito de verificar *in loco* as informações traduzidas por qualquer documento apresentado, relativo à participação da empresa no certame, caso entenda necessário para proferir qualquer julgamento.
- 14.16 Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, o pregoeiro HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 14.17 Caso não atendidos a condição de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 15. Documentos para habilitação:**
- 15.1 Documentos que compõe a habilitação jurídica:**
- 15.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual.
  - 15.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias ou cooperativas.
  - 15.1.3 No caso de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
  - 15.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
  - 15.1.5 Documento de identificação do sócio da empresa ou do sócio administrador;
  - 15.1.6 Se houver procurador, Cédula de identificação do procurador juntamente com a procuração.
- 15.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**
- 15.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
  - 15.2.2 Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.
  - 15.2.3 Certidão de Regularidade junto à Fazenda Estadual e/ou Municipal.



- 15.2.4 Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- 15.2.5 Certidão de regularidade perante a Seguridade Social (INSS).
- 15.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 15.2.7 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.3 **Qualificação Técnica:**

- 15.3.1 Comprovação de experiência anterior no fornecimento de produtos similares, por meio de atestados ou declarações emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 15.3.2 Portaria de Lavra expedida pelo DNPM/ANM (Agência Nacional de Mineração), garantindo a origem da água.
- 15.3.3 Declaração de que os produtos atendem às normas da ABNT e legislação sanitária
- 15.3.4 Alvará Sanitário
- 15.3.5 Alvará de Localização e Funcionamento
- 15.3.6 Declaração de que possui sede ou filial no município de Vitória do Jari/AP ou em suas proximidades, conforme exigência logística prevista neste Termo de Referência.

15.4 **Qualificação Econômico-Financeira:**

- 15.4.1 Será exigida a apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinados por contador habilitado e registrados na Junta Comercial ou órgão competente.
- 15.4.2 Considerando que o exercício de 2025 somente se encerrará em 31 de dezembro de 2025, a entrega das demonstrações financeiras e relatórios contábeis costuma ser feitos entre janeiro e março de 2026, dependendo do porte da empresa, será aceitos, para fins de habilitação, os balanços referentes ao exercício de 2024, desde que acompanhados das demonstrações contábeis exigidas pela legislação vigente.
- 15.4.3 Alternativamente, será admitida a apresentação do balanço de 2025, caso já esteja devidamente encerrado e registrado, mesmo que de forma antecipada.
- 15.4.4 A exigência visa garantir a regularidade econômico-financeira das empresas concorrentes, sem restringir a competitividade, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), que regulam a elaboração e publicação das demonstrações contábeis.
- 15.4.5 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial

15.5 **Declarações Exigidas:**

- 15.5.1 Além dos documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, as licitantes deverão apresentar as seguintes declarações:
  - a) **Declaração de Inexistência de Impedimento** - A empresa deverá declarar que não possui impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme **art. 63, inciso V da Lei nº 14.133/2021**.
  - b) **Declaração de Cumprimento da Legislação Trabalhista** - Declaração de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, conforme **art. 7º, XXXIII da Constituição Federal**.
  - c) **Declaração de Proposta de Preço** - A empresa deverá apresentar declaração de que sua proposta de preços contempla todos os custos diretos e indiretos necessários para a execução do objeto, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas, garantindo a plena execução contratual.





**Fundamentação:** art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, que exige estimativa de valores baseada em pesquisa de mercado e proposta adequada.

- b) **Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)** - As licitantes que se enquadrarem como **Microempresa (ME)** ou **Empresa de Pequeno Porte (EPP)** deverão apresentar declaração nesse sentido, conforme previsto na **Lei Complementar nº 123/2006**, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Essa declaração permitirá o exercício dos benefícios previstos na legislação, como tratamento diferenciado e favorecido nas licitações públicas (ex.: preferência de contratação em caso de empate, regularização fiscal tardia, entre outros).

- c) **Declaração de Aceitação das Condições do Edital e Termo de Referência** - A empresa deverá declarar ciência e concordância com todas as condições estabelecidas no edital e no presente Termo de Referência.

#### 16. Dos Recursos:

- 16.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, bem como à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no **art. 165 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.
- 16.2 Os recursos deverão ser apresentados **exclusivamente por meio eletrônico**, através da plataforma **Licitanet** <https://licitanet.com.br> dentro dos prazos estabelecidos em lei e neste edital.
- 16.3 O prazo para interposição de recurso será decidido conforme a necessidade prevista na hora do certame pelo pregoeiro (a), contados a partir da data de divulgação do ato ou decisão objeto da contestação.
- 16.4 As contrarrazões deverão ser apresentadas no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados da ciência do recurso, também por meio eletrônico na plataforma Licitanet.
- 16.5 O recurso deverá ser devidamente fundamentado, indicando de forma clara os pontos de discordância, acompanhados de documentos que comprovem as alegações, quando cabível.
- 16.6 A ausência de interposição de recurso dentro do prazo legal implicará na **preclusão do direito de recorrer**, mantendo-se a decisão proferida pelo Pregoeiro.
- 16.7 O julgamento dos recursos caberá à **autoridade competente**, que poderá confirmar, modificar ou anular a decisão recorrida, sempre observando os princípios da legalidade, da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

#### 17. Assinatura da Ata de Registro de Preço ou do Contrato:

- 17.1 Após a adjudicação e homologação do resultado do Pregão Eletrônico, o licitante vencedor será convocado para assinatura da **Ata de Registro de Preço ou do Contrato Administrativo**, conforme previsto neste edital.
- 17.2 A **Ata de Registro de Preço** será assinada **eletronicamente na plataforma de licitações Licitanet** <https://licitanet.com.br> garantindo maior celeridade, transparência e segurança jurídica.
- 17.3 Caso seja necessária a assinatura da Ata de Registro de Preço elaborada pelo Departamento de Comissão de Contratação Permanente, será exigido o comparecimento presencial do representante legal da empresa vencedora, dentro do prazo estabelecido pela Administração, para formalização do documento.
- 17.4 O mesmo procedimento se aplicará ao **Contrato Administrativo**, caso a Ata de Registro de Preço venha a se converter em contrato, sendo indispensável a assinatura presencial do representante da empresa no prazo definido pela convocação oficial.
- 17.5 O prazo para assinatura será de **5 (cinco) dias úteis**, contados da convocação oficial, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.





- 17.6 A não assinatura injustificada da Ata ou do Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracterizará **recusa injustificada**, sujeitando o licitante vencedor às penalidades previstas na **Lei nº 14.133/2021** e neste edital, sem prejuízo da convocação dos demais licitantes classificados.
- 17.7 O contrato ou a ata de registro de preço será formalizado em conformidade com o disposto na **Lei nº 14.133/2021**, observando:
- 17.1.1 As cláusulas essenciais previstas no art. 92 da referida lei.
  - 17.1.2 O prazo de vigência estabelecido no edital e no Termo de Referência.

## 18. Das Demais Regras:

- 18.1 As regras relativas às sanções administrativas, prazos de entrega, local de entrega, critérios de aceitação do produto, possibilidade de prorrogação de prazo e de preços, bem como as normas específicas da Ata de Registro de Preço, encontram-se devidamente estabelecidas e respaldadas nos seguintes documentos anexos a este edital:

- 18.1.1 **Anexo I – Termo de Referência**
- 18.1.2 **Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preço;**

- 18.2 Tais documentos integram o presente edital para todos os efeitos legais e deverão ser observados integralmente pelos licitantes e pela futura contratada, constituindo parte inseparável das condições de participação e execução contratual.
- 18.3 O não cumprimento das regras previstas nos anexos implicará na aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais medidas administrativas e legais aplicáveis.

## 19. Do recurso Orçamentário:

- 19.1 A presente contratação será custeada com recursos provenientes do Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP, devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA/2025) e compatível com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- 19.2 Os valores destinados à execução do contrato encontram-se alocados na dotação orçamentária específica do Fundo Municipal de Saúde, garantindo disponibilidade financeira para o cumprimento das obrigações assumidas.
- 19.3 A despesa correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.122.0052. 2-034	Manutenção e Apoio ao Conselho Municipal de Saúde
Natureza:	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
Fonte:	500	Pessoa Jurídica

  

Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.301.0067. 2-039	Manutenção das atividades do fundo de saúde
Natureza:	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
Fonte:	600	Pessoa Jurídica

  

Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.301.0067. 2-045	Manutenção, coordenação e Apoio a atenção básica em saúde.
Natureza:	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
Fonte:	600	Pessoa Jurídica



Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.304.0067. 2-053	Vigilância Sanitária
Natureza:	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
Fonte:	600	Pessoa Jurídica

## 20. Das Disposições Finais:

- 20.1 A participação neste Pregão Eletrônico implica na plena aceitação, por parte dos licitantes, de todas as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, não cabendo alegação de desconhecimento.
- 20.2 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio, observando-se a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto Federal nº 10.024/2019, aplicáveis subsidiariamente.
- 20.3 Este edital e seus anexos constituem parte integrante e inseparável do processo licitatório, devendo ser observados em sua totalidade pelos licitantes e pela futura contratada.
- 20.4 As regras específicas sobre sanções administrativas, prazos de entrega, locais de entrega, critérios de aceitação do produto, prorrogação de prazo e preços, bem como normas da Ata de Registro de Preço, encontram-se detalhadas no Anexo I – Termo de Referência e anexo II Minuta da Ata de Registro de Preço, que respaldam e complementam este edital.
- 20.5 O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste edital e da execução contratual será o da Comarca de Vitória do Jari/AP, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitória do Jari/AP, 25 de fevereiro de 2026

Gestor do Fundo Municipal de Saúde  
**Paulo Sérgio Pinheiro Dias**  
Decreto nº 008/2025 GAB/PMVJ

Elaboração do edital de licitação:  
**Hanna Bárbara P. da Gama**  
Diretora de Planejamento e Orçamento